

Sistema Braille como Patrimônio Imaterial: Uma Proposta *The Braille System as an Immaterial Patrimony: A Proposal*

Ana Fátima Berquó Carneiro Ferreira

RESUMO

Atualmente existe uma discussão sobre a pouca utilização do Braille pelas pessoas cegas, e muitos defendem que esta situação se deve ao aparecimento dos livros sonoros e de toda a tecnologia ligada à informática. O presente texto traz como proposta o registro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Sistema Braille como patrimônio imaterial, isto porque reconhecemos e buscamos a valorização deste bem.

ABSTRACT

Nowadays there is a discussion concerning the little use of Braille by blind persons, and many defend that this situation is due to the appearance of audiobooks and all technology related to informatics. This text presents the proposal of registration of the Braille System as an immaterial patrimony, by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN (National Historical and Artistical Patrimony Institute), since we recognize and search for the evaluation of this good.

A palavra Patrimônio é usada com frequência em nosso dia-a-dia das mais diferentes formas. Referimo-nos a patrimônios imobiliários, econômicos e financeiros, de uma empresa, de um país, de uma família ou de um indivíduo; ainda nos remetemos ao patrimônio cultural, histórico, arquitetônico, artístico, etnográfico, ecológico, genético e além destes, aos chamados patrimônios imateriais ou intangíveis.

“Patrimônio” é o que pertence ao pai. O vocábulo latino *pater*, pai, significa o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe, ou seja, plantações, gado, edifícios (o “pai” é o dono do *patrimonium*). (CHAUÍ, 2000, p.15)

Talvez, por isso, **a noção de Patrimônio confunda-se com a de propriedade.** Muitos são os exemplos de culturas nas quais os bens materiais não são classificados como objetos separados dos seus proprietários, são extensões morais desses proprietários e estes são parte inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos.

Podemos pensar o conceito de Patrimônio como o legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras, sabedores de que não podemos entender Patrimônio apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico. As manifestações materiais de cultura criadas pelo Homem têm uma existência física num **espaço** e num determinado período de **tempo**. Muitas destas

manifestações extinguem-se, desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado. Outras sobrevivem aos seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais. E através da própria dinâmica da existência, estes objetos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de produtores de objetos, que acrescentam elementos às gerações anteriores.

A Modernidade nos coloca que a idéia de **Patrimônio se fundamenta na incessante busca humana da permanência** – senão no Ser, pelo menos através das coisas do mundo, com o intuito de esquivar-se da finitude. O fato de estarmos no mundo rodeado de objetos naturais e culturais que nos remetem ao passado, que nos faz pensar o presente e projetarmos o futuro, não evita que nos sintamos frágeis com a angústia da morte e o permanente questionamento: de onde viemos? Para onde vamos? Elaboramos as representações de permanência para escaparmos desta angústia própria do ser humano, para isso é preciso buscar a origem, *“investigar algumas relações entre a idéia de patrimônio e os modos e formas através dos quais o homem pensou a origem das coisas”* (SCHEINER, 2004, p.34)

Mas o que considerar Patrimônio?

Há uma seleção, isto é, uma escolha cultural subjacente, por parte de um grupo expoente da população que deseja legar às gerações futuras o que se considera socialmente digno de ser legado. **Nem todos os vestígios do passado podem ser considerados patrimônio.** O patrimônio pode ser escolhido por ser de grande utilidade, por ser diferente, por ter beleza e valor estético reconhecidos, por ter sido patrimônio herdado, por simbolizar uma cultura, dentre outros. **São inúmeras as opções da conotação de um elemento/ lugar enquanto patrimônio.**

Para Ballart (1997, p.17) a noção de patrimônio surge “quando um indivíduo ou grupo de indivíduos identifica como seu um objeto ou um conjunto de objetos.”

Esta noção de patrimônio, com a ideia de posse que aparece subentendida, remete-nos ao fato de que estamos na presença de algo de valor. Valor que o ser humano, tanto individual como socialmente, atribui ao legado material do passado. E por que não dizer um valor afetivo atribuído aos bens patrimoniais, numa dada circunstância histórica e conforme o quadro de referências de então? Trata-se de um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável aos ditames da moda e aos critérios da vontade dominante, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época.

Quem escolhe o que é patrimônio?

Pode-se dizer que há uma “seleção natural”, ou seja, só sobrevive a representatividade mais forte, e que merece perdurar ao longo do tempo. Que sua escolha enquanto patrimônio colabore para o desenvolvimento da espécie humana, como algo que ganhou destaque, teve utilidade, e tem autenticidade evidente. Pode-se até ir mais longe e dizer que o patrimônio é escolhido por mérito primeiramente e depois por excepcionalidade, ele carrega grande informação, seja natural, seja cultural.

De fato, o patrimônio cultural que se tem procurado preservar é o bem material ou imaterial que simbolicamente reflete a produção cultural de uma dada sociedade e, nesse sentido, pode-se constatar que o verdadeiro patrimônio é nada mais, nada menos que a memória dos seres humanos enquanto atores sociais, pois um monumento sem identificação precisa e sem legitimação será considerado patrimônio para quem? (COSTA , 2004)

Podemos dizer que o patrimônio é *uma construção social*, aliás, não só social como também uma construção cultural, porque se trata de uma idealização construída. Aquilo que é ou será patrimônio, depende do que, para um determinado grupo social e num determinado espaço de tempo, se considera socialmente importante de ser legado a gerações futuras. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um determinado grupo, um sentimento coletivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade “manipulada” pelo presente que a idealiza. Assim sendo, o patrimônio cultural compreenderá todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferencia dos demais.

Desta forma, o elemento determinante que define o **patrimônio** é a sua **capacidade de representar simbolicamente uma identidade**. E sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, os seres humanos mantêm através destes, estreitos vínculos com o passado. É através desta identidade passado-presente que **nos reconhecemos coletivamente**.

A idéia de patrimônio se ligaria justamente à percepção do modo como o meio imaginal constitui o indivíduo, e ao valor simbólico atribuído a cada imagem (ou conjunto de imagens) como elemento constitutivo do seu universo interior. O que a fundamenta não é a coisa dada (representação material ou expressão em ato), mas exatamente este processo sutil de configuração identitária que permeia a psique, em continuidade e movimento, fazendo lembrar que estamos no mundo, que pertencemos ao mundo e que simultaneamente o mundo nos pertence - mito e razão, consciência e insights, imagem e pensamento; e que nos permite trazer ao plano da consciência, ainda que de forma nostálgica ou fantasiosa, todos os desejos, todas as mandalas que nos significam. É este o processo que configura, ainda, a identidade dos grupos sociais, servindo de base a todo o seu edifício simbólico. (...) (SCHAINER, 2004, p.107 grifo do autor)

O passado nos dá um sentido de identidade, de pertença e nos faz conscientes da nossa continuidade como pessoas através do tempo. A nossa memória coletiva modelada pelo passar do tempo não é mais do que uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material. Símbolos particulares reforçam o sentimento coletivo de identidade e alimenta no ser humano a reconfortante sensação de permanência no tempo. Os objetos do passado proporcionam estabilidade, pois se o futuro é aquele destino essencialmente incerto e o presente aquele instante fugaz, a única certeza que o ser humano possui é a verdade irrefutável do passado.

Se o patrimônio é interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em objetos, ele precisa de um palco-depósito que o contenha e o proteja, um palco-vitrine para exibi-lo. O museu é a sede cerimonial do patrimônio, (...) Entrar em um museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social. (CANCLINI, 1998,p.169)

O museu, como instituição de memória, assume um papel ímpar na sociedade moderna como mediador entre o público e o acervo, e como comunicador e produtor de discurso. É um espaço extraordinário de ficção, pois mobiliza formas de representar o mundo, os seres, as coisas, as relações e assim permitir que deles possamos dizer alguma coisa. O silêncio museal de outrora é impregnado de alta taxa de comunicação, o museu abre-se para uma postura dialógica.

O diálogo das linguagens não é somente o diálogo das forças sociais na estática de suas coexistências, mas é também o diálogo dos tempos, das épocas, dos dias, daquilo que morre, vive, nasce; aqui a coexistência e a evolução se fundem conjuntamente na unidade concreta e indissolúvel de uma diversidade contraditória e de linguagens diversas. (BAKHTIN, 1988, p.161)

O dialogismo é a característica do funcionamento discursivo em que se encontram presentes várias instâncias enunciativas. É a presença destas várias instâncias que constitui a dimensão

polifônica do discurso, presente na linguagem museológica. Vale mencionarmos o pensamento de Bakhtin, destacando que o enunciado não existe fora do dialogismo, pois este é constitutivo do enunciado :

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo: ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. (BAKHTIN, 2003, p. 297).

Fato é que o Conselho Internacional de Museus (ICOM), na 20ª Conferência Internacional de Museus, reconhece e legitima o **caráter comunicacional do patrimônio**, explicitando a cultura como processo mediático que inclui objetos e lugares ‘como espaços de manifestação das idéias e dos homens’; e o patrimônio cultural como o conjunto de processos integrados de invenção, difusão, aculturação e devolução de experiências, segundo, Scheiner (2004, p. 270).

O campo do patrimônio, tal como o campo dos museus é um campo de representações e que, neste sentido, não se confundem com a realidade onde se movem os agentes em suas práticas sociais. Penso que um dos papéis dos museus consiste em intensificar o diálogo com as populações que são efetivamente os sujeitos das manifestações culturais sobre as quais nos debruçamos. Quanto maior for este diálogo, maior será a capacidade dos museus e dos órgãos do patrimônio de acompanhar a infinita plasticidade dos movimentos da vida social e cultural.

Com base nas reflexões feitas, tendo o foco no chamado patrimônio intangível ou imaterial, apresento a seguinte proposição: o registro do Sistema Braille como patrimônio imaterial. Afinal, não posso pensar as linguagens das exposições para deficientes visuais ignorando o Sistema Braille.

O momento não poderia ser mais oportuno, pois neste ano de 2009 comemora-se o Bicentenário de nascimento de Louis Braille, criador do sistema de leitura e escrita para cegos. O Sistema Braille deu acesso às pessoas cegas ao conhecimento científico, literário, filosófico, tecnológico e, acima de tudo, à inclusão na sociedade.

Foi necessário um cego para criar um alfabeto tátil. E também foi preciso, em muitos lugares, o esforço perseverante dos cegos para impor o seu uso. Os professores e diretores de escolas especiais, quase sempre pessoas videntes, eram contrários à adoção de um alfabeto árduo para a vista. Por isso, agarravam-se ao princípio de Haüy segundo o qual a educação dos cegos não deveria diferenciar-se da dos videntes, levavam esse princípio ao exagero e não renunciavam à leitura em caracteres comuns. Só o formidável impulso dos cegos que se serviam do alfabeto braille pode obrigar os responsáveis pela sua educação a reconhecer os frutos que a aplicação deste alfabeto produzia nas escolas.

Coisa diferente aconteceu nos países ou regiões em que não era conhecido nenhum outro método de leitura e escrita para cegos. Foi o caso da América Latina, onde a história da educação das pessoas cegas começa com o Sistema Braille. A chegada do braille, o início da alfabetização e educação e também a criação de imprensas e bibliotecas para cegos foram fenômenos quase que simultâneos.

Na França, a Instituição Real dos Jovens Cegos, onde o Sistema Braille foi concebido e aperfeiçoado, demorou aproximadamente 25 anos a aceitá-lo de maneira definitiva. Aponta-se o ano de 1854, como o da implantação do Sistema Braille na França.

No Brasil, o ano de 1854 também pode ser considerado como o ponto de partida da difusão do Sistema Braille. Isto graças a José Álvares de Azevedo, um rapaz cego que depois de seis anos ininterruptos, dedicando-se inteiramente aos estudos, no Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, justamente durante um período em que o invento de Louis Braille estava sendo experimentado lá, voltou ao Brasil no ano de 1850 como um brilhante ex-aluno da escola de Paris, com o propósito de difundir o Sistema Braille e com o ideal de poder criar uma escola para cegos, semelhante à que ele estudara na França. A demonstração de como uma pessoa cega podia escrever e ler correntemente, pelo Sistema Braille, deixou o Imperador D. Pedro II interessado e sensibilizado e imediatamente concordou com a idéia e a proposta de se criar uma escola para cegos, semelhante à escola de Paris, no Rio de Janeiro. Desse ideal resultou na fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, depois Instituto Benjamin Constant (1891) em homenagem ao seu terceiro diretor, cujo ato de inauguração ocorreu no dia 17 de setembro de 1854.

O Sistema Braille e a vida dos cegos

O Sistema Braille é constituído por 63 sinais obtidos pela combinação metódica de seis pontos que, na sua forma fundamental, se agrupam em duas filas verticais e justapostas de três pontos cada. Estes sinais não excedem o campo tátil e podem ser identificados com rapidez, pois, pela sua forma, adaptam-se exatamente à polpa do dedo.

Na leitura qualquer letra ou sinal braille é apreendido em todas as suas partes ao mesmo tempo, sem que o dedo tenha que zigzaguear para cima e para baixo. Nos leitores experimentados o único movimento que se observa é da esquerda para a direita, ao longo das linhas. Não somente a mão direita corre com agilidade sobre as linhas, mas também a mão esquerda toma parte ativa na interpretação dos sinais. Em alguns leitores a mão esquerda avança até mais ou menos metade da linha, proporcionando assim um notável aumento de velocidade na leitura.

Dispondo de um processo fácil de leitura, o gosto pelos livros estendeu-se amplamente entre os cegos e ocupou um lugar importante na sua vida. À instrução oral sucedeu a instrução pelo livro. O conhecimento intelectual, sob todas as suas formas (filosofia, psicologia, teologia, matemáticas, filologia, história, literatura, direito...), tornou-se mais acessível aos cegos.

Os benefícios do Sistema Braille estenderam-se progressivamente, à medida que as aplicações revelavam todas as suas potencialidades. As máquinas de escrever permitiram fazer simultaneamente todos os pontos de um sinal, em vez de os gravar um a um, com o punção². Enfim, obteve-se o interponto, graças a um sistema de precisão em que é possível intercalar os pontos do reverso de uma página com os do seu anverso.

Outro exemplo é a facilidade de imprimir textos em braille. Introduzidos no computador, os textos podem ser submetidos a um programa de tratamento específico e sair numa impressora braille. Os textos assim tratados podem utilizar-se, quer na produção direta em papel, quer na produção de placas de impressão, conforme o número de exemplares a obter. A impressão de livros, permitindo a sua multiplicação, tem um efeito cultural considerável.

A utilização do Sistema Braille nos dias de hoje está ameaçada ?

Não obstante as virtudes do Sistema Braille, a extensão dos seus benefícios, **temos de reconhecer que nos dias de hoje existe uma tendência para a menor utilização do braille** e para a diminuição da qualidade do braille que se utiliza. **O alerta foi dado quando o uso dos livros**

sonoros começou a se generalizar, mas há outros fatores que igualmente explicam a crise. Entre estes fatores conta-se a escassez de acervos bibliográficos em braille, que podem eventualmente não corresponder às necessidades dos potenciais utilizadores. Em Portugal, por exemplo, a maior parte do braille que se produz é destinada ao ensino, designadamente aos estudantes que frequentam o ensino regular.

A crise do braille também tem a ver com dificuldades inerentes ao próprio braille, sobretudo quando, como acontece atualmente, essas dificuldades são agravadas por um ensino mal orientado, por parte dos professores de algumas escolas que recebem alunos cegos. **Efetivamente**, hoje em dia, **durante a escolaridade obrigatória, os estudantes cegos não são motivados para a prática do braille nem o conhecem em todas as suas aplicações — como na matemática, física, química, música...** Leem pouco, o processo de reconhecimento dos caracteres é lento e os usuários do Sistema Braille cansam-se depressa. Despreparados para ler a um ritmo satisfatório fogem de utilizar os livros e manuais em braille que estão ao seu dispor. **Recorrem preferencialmente a textos introduzidos no computador, que ouvem com recurso da voz sintética**, ou servem-se de leituras feitas por outrem, normalmente gravações em fita magnética (livros sonoros).

A falta de leitura direta reflete-se, naturalmente, na escrita, que é deficiente quanto ao braille e muitas vezes equivocada quanto à ortografia.

Os livros sonoros e a informática são muito importantes para o desenvolvimento cultural dos cegos, mas nada poderá ou deverá substituir o Braille como sistema base da sua educação.

Tal como a leitura visual, a leitura braille leva o conhecimento ao espírito através de mecanismos que facilitam a meditação e assimilação pessoal daquilo que se lê. O braille permite estudar os quadros em relevo e ler eficientemente os livros técnicos. O braille é, ainda, o único meio de leitura disponível para os surdocegos. Por outro lado, a perfeição na escrita está relacionada com a leitura braille que cada um faz, pois é através dela que entra em contacto com a estrutura dos textos, a ortografia das palavras e a pontuação.

A qualidade do ensino do braille é decisiva para uma leitura destra e para a aquisição de hábitos de leitura. Se os alunos cegos, como as outras crianças, forem motivados para a prática normal e constante do seu método de leitura e escrita, a leitura será rápida e tornar-se-á também mais agradável e instrutiva, porque a atenção, menos requerida pelo trabalho de reconhecimento dos caracteres, irá mais ao auxílio do pensamento. Em tese, ao acabarem de ler, as crianças e jovens cegos terão aprendido alguma coisa e estarão mentalmente dispostos a partir para novas leituras.

Ora, é lendo que se ganha e se desenvolve o gosto pela leitura. Só o gosto de ler garante que o processo de aquisição de cultura não se interromperá ao sair da escola, apesar das vicissitudes do quotidiano. E não se pode ignorar a importância da cultura como fator de integração social, como instrumento de trabalho e como elemento de conscientização na vida das pessoas cegas.

É, pois, necessário reavaliar a política até agora seguida pelo Ministério da Educação (MEC) no que concerne ao ensino dos alunos cegos, para que continue a habilitá-los a ler e a escrever em braille exatamente como os demais alunos são habilitados a ler e a escrever na escrita comum. Levar os jovens cegos a utilizar abusivamente meios que são complementares do braille, assim como não lhes fornecer os livros em braille, equivale a comprometer seriamente, no dia de amanhã, as suas possibilidades de afirmação, tanto na vida profissional como nas atividades de lazer.

Com base no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. O referido decreto rege o processo de reconhecimento de bens culturais como patrimônio imaterial, institui o registro e com ele, o compromisso do Estado em inventariar, documentar, produzir conhecimento e apoiar a dinâmica dessas práticas socioculturais, favorecendo um amplo processo de conhecimento, comunicação, expressão de aspirações e reivindicações entre diversos grupos sociais.

Na visão do IPHAN, o registro:

é, antes de tudo, uma forma de reconhecimento e busca a valorização desses bens, sendo visto mesmo como um instrumento legal que, “resguardadas as suas especificidades e alcance, equivale ao tombamento. Em síntese: tombam-se objetos, edificações e sítios físicos; registram-se saberes e celebrações, rituais e formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem”.

[...] corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural. Isso significa documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente da manifestação e suas diferentes versões, tornando essas informações amplamente acessíveis ao público – mediante a utilização dos recursos proporcionados pelas novas tecnologias de informação. (IPHAN, 2006, p. 22).

Imperioso pensar no registro do Sistema Braille para legá-lo a gerações futuras, reconhecendo sua importância e temendo pela sua extinção por falta de uso. Corre-se o risco de, com o envelhecimento e morte dos atuais usuários do Sistema Braille, não encontrarmos quem faça uso do mesmo. Acredito tratar-se de um bem cultural de natureza imaterial e estaria incluído, ou contextualizado, na categoria dos “Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”, neste caso, na comunidade de usuários do Sistema Braille.

Um critério-chave para a legitimidade de qualquer pleito ao registro é a sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. Por isso, as propostas de registros definem-se no movimento coletivo da própria sociedade que deverá encaminhar para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para serem avaliadas em caráter preliminar, se julgadas procedentes, serão encaminhadas para instrução. Realizada a instrução do processo, o IPHAN emite parecer publicado no Diário Oficial da União. Após 30 dias, que acolhem eventuais manifestações da sociedade sobre o registro, o processo é encaminhado ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para deliberação. Como ressalta o documento do IPHAN a esse respeito (IPHAN, 2006b, p. 22), o processo do registro deve ser renovado a cada 10 anos, no máximo, pois o registro é sempre uma referência de determinada época.

Fica a proposta.

NOTAS DE RODAPÉ

1 Folheto informativo sobre o evento.

2 Instrumento pontiagudo para furar ou gravar. (para os cegos, instrumento de escrita, corresponde a caneta ou lápis)

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

- _____: **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal).
- BALLART, Josep. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico**: valor y uso. Barcelona: Ariel, 1997.
- BIRCH, Beverley; LEONE, Matilde (Trad.). **Louis Braille**. São Paulo: Globo, 1993.
- CANCLINI, Nestor G.; CINTRÃO, Heloísa Pezza e Ana Regina Lessa (Trad.) **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: USP; Edusp, 1998.
- CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO; Educarte, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. (Coleção História do Povo Brasileiro).
- COSTA, Heloísa F. Gonçalves da. Um patrimônio comum a todos. **Revista Museu**, 18 maio 2004. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br>>. Acesso em: 01 maio 2009.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
- KUGELMASS, J. Alvin; REIS, José (Trad.) **Luís Braille**: janelas para os cegos. São Paulo: Melhoramentos, 1951.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Patrimônio cultural: dentro e fora dos museus. In: SEMINÁRIOS DE CAPACITAÇÃO MUSEOLÓGICA, 2004. **Anais...** Belo Horizonte: Instituto Cultural Flavio Gutierrez, 2004.
- SCHEINER, Tereza. **Imagens do não lugar**: comunicação e os “novos patrimônios”. Rio de Janeiro: ECO; UFRJ, 2004.
- SILVA, Elza Peralta da. **Patrimônio e identidade**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, [2000?]. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html>>. Acesso em: 27 de abr. 2009.

Ana Fátima Berquó Carneiro Ferreira é professora do Instituto Benjamin Constant (IBC), Chefe da Divisão de Atividades Culturais e de Lazer, e atualmente mestranda no curso de Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).